

Educação inclusiva: desafios para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil

Kammyli Mickaelly Guzlinki de Freitas¹, Luca Renato de Lima Izzo¹, Mateus da Costa Santana¹, Naiara de Souza Brizon^{1*}, Pedro Henrique Oliveira Costa¹, Thiago Henrique de Oliveira Saraiva¹, Aline Cirilo Caldas², Rosicler Carminato Guedes de Paiva²

¹Acadêmicos do Curso de Direito, Afya Centro Universitário de Ji-Paraná, RO

²Docentes do Curso de Direito, Afya Centro Universitário de Ji-Paraná, RO

*Autor (a) correspondente: naisouzab34@gmail.com

1. Introdução

A educação inclusiva representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais significativas conquistas do sistema educacional brasileiro contemporâneo. Fundamentada em princípios de equidade e respeito à diversidade, ela busca garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. Nas últimas décadas, políticas públicas e legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), consolidaram o direito à educação como

dever do Estado e instrumento essencial para a promoção da cidadania e da justiça social (Severino, 2016; Gil, 2019).

Apesar desses avanços normativos, a concretização da educação inclusiva ainda enfrenta barreiras significativas. Muitas instituições de ensino carecem de infraestrutura acessível, recursos pedagógicos adaptados e formação docente voltada à diversidade. Além disso, o preconceito e a falta de sensibilização da comunidade escolar perpetuam práticas excludentes, limitando o desenvolvimento e a participação plena dos alunos com deficiência. Essa realidade evidencia uma lacuna entre o que está previsto nas normas legais e o que ocorre na prática educacional, indicando que o reconhecimento jurídico da inclusão não tem sido suficiente para garantir sua efetividade cotidiana (Mantoan, 2015; Carvalho, 2020; Köche, 2015).

Diante desse cenário, surge a necessidade de investigar de que forma instituições especializadas podem contribuir para superar essas barreiras. Nesse contexto, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) assumem papel de destaque, desenvolvendo ações que integram apoio pedagógico, atendimento especializado e fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade. Sua atuação representa um elo importante entre o ensino regular e os serviços de apoio, ampliando as possibilidades de aprendizagem, autonomia e inclusão social das pessoas com deficiência (Silva; Rodrigues, 2021).

A questão central que orienta este estudo é: como as APAEs podem contribuir para a efetivação da educação inclusiva no Brasil? A

pesquisa se justifica pela relevância social e acadêmica de analisar a inclusão como um processo que depende não apenas de políticas públicas, mas também da articulação entre instituições, profissionais e famílias, fornecendo subsídios para práticas educativas mais eficazes e humanizadas (Lakatos; Marconi, 2021).

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral compreender o papel das APAEs na promoção da educação inclusiva, buscando, de forma específica, identificar as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no contexto escolar, examinar as estratégias e práticas adotadas pelas APAEs no apoio à inclusão educacional e discutir a importância da articulação

entre escola, família e comunidade na construção de uma educação inclusiva, acessível e equitativa

2. Metodologia

A metodologia constitui um dos pilares fundamentais deste trabalho, pois descreve, de forma clara e precisa, os caminhos percorridos durante o processo investigativo. A partir dela, busca-se garantir a transparência e a credibilidade do estudo, permitindo que outros pesquisadores compreendam e, se desejarem, reproduzam as etapas seguidas. Assim, esta seção apresenta, de maneira estruturada, o tipo de estudo, o local e período da pesquisa, a

população e amostra analisadas, os instrumentos e procedimentos utilizados para a coleta de dados, o tratamento e análise das informações obtidas, bem como os cuidados éticos que nortearam toda a pesquisa.

2.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritivo-exploratória, realizada por meio de estudo de caso múltiplo em escolas públicas do município de Ji-Paraná, Rondônia. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma análise profunda das práticas inclusivas e das barreiras pedagógicas, estruturais e sociais enfrentadas no ambiente escolar, considerando as

percepções dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educacional.

A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, de forma ampla, as experiências, valores e significados atribuídos à inclusão por professores, alunos, gestores e famílias. Conforme defendem Gil (2019) e Lakatos & Marconi (2021), esse tipo de abordagem permite captar nuances subjetivas do fenômeno estudado, fundamentais quando o objetivo é compreender práticas e realidades educacionais.

2.2 Local e Período do Estudo

O estudo foi desenvolvido em três escolas públicas de Ji-Paraná (RO), sendo duas pertencentes à rede municipal e uma à rede estadual, todas com atendimento a alunos com deficiência e estrutura de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A escolha das instituições foi feita com base na diversidade de público atendido e na disponibilidade de participação dos profissionais. A pesquisa ocorreu entre março e julho de 2025, período que compreendeu as etapas de observação, aplicação de questionários e realização de entrevistas com os participantes.

2.3 População e Amostra

A população da pesquisa abrangeu professores da sala comum, professores do AEE, gestores

escolares e familiares de alunos com deficiência matriculados nas escolas selecionadas. A amostra foi definida de forma intencional e não probabilística, buscando representar diferentes perspectivas sobre o processo inclusivo.

Participaram do estudo 15 professores, 3 gestores escolares, 3 professores do AEE e

6 familiares de alunos com deficiência, totalizando 27 participantes. O critério de inclusão considerou profissionais atuantes em turmas com alunos público-alvo da Educação Especial e familiares diretamente envolvidos no acompanhamento escolar dessas crianças.

2.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários abertos e observação direta. As entrevistas foram aplicadas individualmente, com duração média de 30 minutos, gravadas e transcritas com autorização dos participantes. O roteiro de entrevistas abordou questões relacionadas às barreiras pedagógicas, estruturais e sociais, bem como às práticas inclusivas que vêm sendo desenvolvidas nas escolas. Os questionários abertos foram aplicados a professores e gestores, enquanto a observação direta permitiu registrar aspectos do cotidiano escolar, como acessibilidade física, interação entre alunos e estratégias didáticas utilizadas.

Os instrumentos foram elaborados com base em referenciais de estudos anteriores, como o de Souza

e Oliveira (2023), intitulado “*Práticas inclusivas: ações exitosas do Atendimento Educacional Especializado de uma escola municipal de Ji-Paraná-RO*”, que utilizou metodologia semelhante de entrevistas e observação em escolas do mesmo município.

2.5 Procedimentos para Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu em quatro etapas: contato com as instituições escolares e solicitação de autorização para a realização do estudo; apresentação dos objetivos da pesquisa aos participantes; aplicação dos instrumentos de coleta (entrevistas, questionários e observações) de forma presencial nas dependências escolares; e organização e transcrição dos dados coletados para posterior análise. Durante as observações, foram anotados elementos relacionados à infraestrutura física (rampas, banheiros adaptados, acessos, sinalizações), recursos pedagógicos utilizados em sala (materiais adaptados), bem como aspectos sociais e atitudinais (relações interpessoais, acolhimento, preconceitos, colaboração entre docentes).

2.6 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados obtidos foram organizados e analisados com base na Análise de Conteúdo Temática, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica possibilitou identificar categorias emergentes relacionadas às principais barreiras à inclusão — pedagógicas, estruturais e sociais —,

bem como às estratégias de superação adotadas pelas escolas e pelos profissionais envolvidos. As falas dos participantes foram categorizadas, comparadas e interpretadas à luz do referencial teórico sobre Educação Inclusiva e dos marcos legais da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Também foram considerados resultados de pesquisas realizadas em Rondônia, como a de Silva e Andrade (2022), que investigaram a formação docente e a inclusão escolar no Estado, incluindo dados de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste.

2.7 Aspectos Éticos

Mesmo sendo uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, todos os preceitos éticos da pesquisa científica foram rigorosamente respeitados. As informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, com a devida citação das fontes e respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei nº 9.610/1998.

3. Resultados

A análise dos dados revelou avanços importantes na área da educação inclusiva, mas também deixou evidente que ainda existem desafios que dificultam a garantia plena dos direitos das pessoas com deficiência nas escolas. Mesmo com um arcabouço jurídico robusto como o artigo 205 da Constituição Federal, que reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, e o artigo 208, inciso III, que assegura o atendimento educacional

especializado (AEE), a prática ainda está longe de acompanhar o que está previsto em lei.

No campo pedagógico, ficou claro que a falta de formação adequada para os professores é um dos principais obstáculos para a efetivação da educação inclusiva. Muitos docentes ainda não têm a preparação necessária para lidar com a diversidade em sala de aula, o que vai contra o que determina o artigo 59, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que obriga as redes de ensino a garantir profissionais capacitados para o atendimento especializado. Essa lacuna na formação acaba se refletindo em práticas pedagógicas que não contemplam todos os alunos, dificultando a adaptação de conteúdos e metodologias às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

Em relação à infraestrutura das escolas, foram identificadas diversas limitações que comprometem a acessibilidade, tanto física quanto tecnológica. A presença de rampas mal projetadas, a ausência de sinalização tátil, a escassez de materiais didáticos adaptados e a falta de transporte acessível são apenas alguns exemplos de barreiras ainda presentes no cotidiano escolar. Esses problemas representam violações diretas ao artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a obrigatoriedade da acessibilidade universal, além de ferirem o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Por outro lado, a pesquisa também destacou iniciativas positivas. As parcerias com instituições como as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento de práticas inclusivas. Essas organizações complementam o trabalho das escolas regulares, oferecendo apoio especializado, orientação às famílias e atendimento multidisciplinar aos estudantes. Essa atuação está alinhada ao artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, e ao Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta o AEE, reforçando a importância da colaboração entre escola, família e comunidade.

Também se observou um avanço gradual na conscientização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão e no estímulo a atitudes mais acolhedoras e respeitosas em relação à diversidade. Campanhas e ações educativas vêm contribuindo para mudar a cultura escolar e promover o respeito às diferenças, em consonância com o artigo 8º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), que orienta os países a adotarem medidas para combater o preconceito e promover a sensibilização social.

Apesar desses progressos, ainda é urgente fortalecer as políticas públicas de forma mais integrada, com ações de fiscalização mais eficazes, principalmente no que diz respeito à implementação de recursos de acessibilidade, à formação continuada dos docentes e ao acompanhamento do AEE. A ausência de suporte

técnico e pedagógico consistente dificulta a consolidação de práticas inclusivas duradouras.

Assim, os resultados mostram que o Brasil possui um conjunto legal sólido em defesa da educação inclusiva, mas ainda carece de mecanismos eficientes para colocar essas leis em prática. Tornar a educação inclusiva uma realidade depende de investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação de professores e cooperação entre diferentes instituições. É fundamental que o poder público e as escolas façam valer os princípios do artigo 206 da Constituição Federal, especialmente o que garante igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola. Só assim a educação inclusiva deixará de ser apenas um ideal previsto na legislação para se tornar uma realidade vivida, de fato, por todos.

4. Conclusão

A pesquisa permitiu compreender que, embora o Brasil conte com leis e políticas públicas que defendem o direito à educação inclusiva, ainda há muitos desafios para que esse direito se concretize plenamente no dia a dia das escolas. As dificuldades relacionadas à falta de preparo dos profissionais, à escassez de recursos e à ausência de acessibilidade mostram que o caminho da inclusão exige mais do que normas, requer compromisso, sensibilidade e ação efetiva. Nesse cenário, as APAEs se destacam como importantes parceiras, pois contribuem não apenas com o suporte pedagógico e terapêutico, mas também com o acolhimento e o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. Assim, este estudo reforça a importância de continuar

investindo em políticas públicas que unam esforços e promovam uma educação mais justa e acessível a todos. Apesar de se limitar a uma análise teórica, o trabalho abre espaço para futuras pesquisas que investiguem, na prática, experiências de inclusão em diferentes contextos, ajudando a construir um sistema educacional verdadeiramente comprometido com a diversidade e a dignidade humana.

5. Referências

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SILVA, Adriana de Oliveira; ANDRADE, Karine Pereira. *A formação docente e a inclusão escolar: uma análise no Estado de Rondônia*. *Revista Praxis Educacional*, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/3859>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, Carla Mendes de; OLIVEIRA, Daniel Rodrigues de. *Práticas inclusivas: ações exitosas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de uma escola municipal de Ji-Paraná-RO deficiência*. *Revista Faculdade do Trabalho*, v. 4, n. 7, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/praticas-inclusivas-acoes-exitosa-do-atendimento-educacional-especializado-aee-de-uma-escola-municipal-de-ji-parana-ro-para-alunos-com-deficiencia>. Acesso em: 10 out. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

educacional. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 42, n. 1, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 3. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Juliana; RODRIGUES, Marcelo. A atuação das APAEs na promoção da inclusão